CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ – FEPI

Curso de Pedagogia

Ana Cláudia Carvalho dos Santos

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

ITAJUBÁ
2025

Ana Cláudia Carvalho dos Santos

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Itajubá – FEPI como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Orientadora: Profa. Dra. Alba Helena Fernandes Caldas

ITAJUBÁ
2025

DOS SANTOS, Ana Cláudia Carvalho

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) .Ana Cláudia Carvalho dos Santos. Itajubá, 2025, 36p.

Orientador (a): Alba Helena Fernandes Caldas

Trabalho de Conclusão de Curso.Pedagogia. Centro Universitário de Itajubá – FEPI.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2.Família e escola. 3.Inclusão escolar.

I.CALDAS, Alba Helena Fernandes. II. FEPI – Centro Universitário de Itajubá. III.Título.Trabalho de Conclusão de Curso.

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE PEDAGOGIA
FEPI – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ

Em sessão às dezoito horas do dia doze de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, a aluna **Ana Cláudia Carvalho dos Santos** apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **"A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)"** como requisito para conclusão do Curso de Pedagogia, perante uma Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.ª Dra. Alba Helena Fernandes Caldas (orientadora)

Prof.ª Ma. Magda Cristina Nascimento Rochael (avaliadora)

Prof.ª Ma. Ana Carolina Carneiro Lopes (avaliadora)

Aprovada (X)
Aprovada com Restrições ( )
Reprovada ( )

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me direcionar e sustentar desde o início desta caminhada.

Ao meu esposo, Renato, pelo amor, paciência e incentivo constante, sendo meu companheiro em cada desafio enfrentado.

À minha filha, Ana Liz, minha maior inspiração e motivo de perseverar todos os dias.

E à minha família, que acreditou em mim e esteve presente com amor, força e orações, tornando este sonho possível”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, rendo toda honra e gratidão a **Deus**, meu sustento e refúgio em cada passo dessa caminhada. Foi Ele quem me deu forças nos dias em que pensei não conseguir, quem renovou a minha fé quando o cansaço tentou me paralisar e quem me guiou com amor e propósito até aqui. Sem a presença d'Ele, o processo teria sido infinitamente mais difícil e certamente não teria o mesmo significado.

Ao meu amado marido **Renato**, meu companheiro fiel em todos os momentos dessa trajetória. Obrigada por ser meu porto seguro, por acreditar em mim mesmo quando eu duvidei, por me acolher nas lágrimas e celebrar comigo as pequenas vitórias. Nos dias mais desafiadores, sua voz foi a lembrança viva de que todo esforço valeria a pena. Seu amor, paciência e incentivo foram o alicerce que me manteve firme até o fim.

À minha filha **Ana Liz**, que chegou como um presente divino em meio a esse processo, enchendo meus dias de luz, amor e motivação. Você é a razão pela qual desejo ser sempre melhor , o exemplo que quero deixar é fruto de todo esse esforço. Cada sorriso seu foi combustível para seguir adiante, mesmo quando as forças pareciam se esgotar.

Aos meus **familiares**, que estiveram comigo em oração, acreditando nos meus sonhos e sustentando-me com gestos de carinho e fé. Cada palavra, cada incentivo e cada demonstração de amor foram essenciais para que eu não me sentisse sozinha nessa jornada.

Às minhas queridas amigas **Natália** e **Maria Tereza**, que trilharam esse caminho ao meu lado. A amizade de vocês foi um presente precioso! Estiveram comigo nos momentos mais intensos, dividindo risadas, desabafos, orações e cafés intermináveis. Tornaram o percurso mais leve, mais bonito e muito mais significativo. A todos os colegas de turma, deixo meu sincero agradecimento pelo companheirismo e pelas trocas tão ricas que levarei comigo.

E, com muito carinho e admiração, agradeço às professoras **Adriana, Alba, Ana Carolina, Ana Cristina, Ângela, Magda e Stella**, que com dedicação e sabedoria compartilharam seus conhecimentos e experiências. Cada ensinamento, orientação e gesto de incentivo fizeram diferença na minha formação — e na pessoa que me tornei ao longo desse processo.

A todos vocês, o meu muito obrigada, de coração.

RESUMO

O presente trabalho aborda a inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando suas implicações pedagógicas, os fundamentos legais que garantem o direito à educação e o papel da família no processo inclusivo. O estudo tem como objetivo identificar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, destacando práticas pedagógicas, recursos e estratégias que favorecem sua aprendizagem e participação social.. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa bibliográfica, com levantamento de livros, artigos científicos e documentos legais que tratam da educação inclusiva, do TEA e da interação entre família e escola. Como resultados, observou-se que a inclusão vai além do acesso físico à escola, exigindo estratégias pedagógicas individualizadas, formação docente adequada, recursos adaptados e ações conjuntas entre escola e familiares, a fim de promover a autonomia, a socialização e o desenvolvimento integral do aluno. As considerações finais indicam que a efetividade da inclusão depende da construção de uma rede de apoio colaborativa, na qual escola e família atuem de forma corresponsável, fortalecendo práticas pedagógicas humanizadas e assegurando o direito à participação plena de todos os estudantes.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; inclusão escolar; família e escola; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study addresses the educational inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), analyzing its pedagogical implications, the legal foundations that guarantee the right to education, and the role of the family in the inclusive process. The objective of this research is to understand the characteristics of ASD, identify the educational challenges and needs of these students, analyze inclusive pedagogical practices, and investigate the partnership between school and family as a determining factor for the success of inclusion. The methodology adopted was bibliographical research, including books, scientific articles, and legal documents addressing inclusive education, ASD, and family-school interaction. The results indicate that inclusion goes beyond physical access to the school, requiring individualized pedagogical strategies, adequate teacher training, adapted resources, and joint actions between school and family to promote autonomy, socialization, and holistic development. The final considerations highlight that effective inclusion depends on building a collaborative support network in which school and family act responsibly, strengthening humanized pedagogical practices and ensuring the full participation of all students.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; school inclusion; family-school Partnership; pedagogical practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO 1- COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: 10
DEFINIÇÃO E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS 10
1.1 Entendendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA) 10
1.2 Desafios e Necessidades Educacionais do Aluno com TEA 11
1.3 Práticas Educacionais Inclusivas e o Papel da Escola 12
CAPÍTULO 2-INCLUSÃO ESCOLAR:FUNDAMENTOS E DESAFIOS 15
PEDAGÓGICOS 15
2.1. Educação Inclusiva e os Direitos dos Estudantes com TEA 15
2.2. O Papel da Escola na Construção de Práticas Inclusivas para o TEA 17
2.3. Desafios Pedagógicos na Inclusão de Estudantes com TEA 18
CAPÍTULO 3- FAMÍLIA E ESCOLA:Fundamentos e contribuições para a 21
inclusão educacional 21
3.1. Parceria Escola-Família: Comunicação, Escuta e Cooperação . 22
3.1.1 A Essência da Parceria: Co-Responsabilidade e Complementaridade 22
3.1.2 O papel determinante da Família 23
3.1.3 A Perspectiva Ecológica e a Necessidade de Diálogo 23
3.1.4 Comunicação e Escuta: O Veículo da Relação 23
3.1.5 Cooperação para a Inclusão e o Desenvolvimento Integral 24
3.2 A FAMÍLIA COMO PARTE ATIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO 25
COM TEA 25
3.3 AÇÕES COMPARTILHADAS PARA O SUCESSO DA INCLUSÃO 28
CONCLUSÃO **32**
REFERÊNCIAS **34**

INTRODUÇÃO

O texto aborda a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação, destacando suas implicações, fundamentos legais e a importância da parceria entre família e escola. Inicialmente, define-se o TEA como uma condição do neurodesenvolvimento marcada por dificuldades na comunicação social e comportamentos restritos, apontando os desafios enfrentados em sala de aula e a necessidade de estratégias pedagógicas individualizadas. Em seguida, discute-se o marco legal da educação inclusiva no Brasil, evidenciando avanços, limitações e obstáculos práticos, como a falta de preparo docente e materiais adaptados. Por fim, enfatiza-se a colaboração entre família e escola, destacando a importância de comunicação, participação ativa e ações conjuntas para construir uma rede de apoio que favoreça a autonomia, interação e desenvolvimento integral do estudante.

De acordo com Silva e Mendes (2021), a inclusão de alunos com TEA requer uma prática pedagógica planejada, sensível às particularidades cognitivas e comunicativas desses estudantes, valorizando estratégias diversificadas de ensino e avaliação. Cunha (2020) reforça que o professor é um agente essencial na mediação do processo inclusivo, sendo necessário investimento contínuo em formação e suporte institucional.

Assim, o presente estudo justifica-se pela necessidade de compreender as estratégias que favorecem a inclusão efetiva de alunos com TEA, analisando o papel da escola, da família e dos profissionais de apoio na construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

O objetivo geral deste trabalho é identificar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, destacando práticas pedagógicas, recursos e estratégias que favorecem sua aprendizagem e participação social. Entre os objetivos específicos, busca-se analisar o papel do professor e da equipe pedagógica na promoção da inclusão, identificar os desafios enfrentados pela escola na adaptação curricular e metodológica, verificar a importância da parceria entre família e escola no processo inclusivo e refletir sobre a contribuição das políticas públicas e da formação docente para o atendimento às necessidades dos alunos com TEA.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentada na análise de obras, artigos científicos e documentos oficiais que tratam da inclusão educacional e do Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa bibliográfica possibilita compreender como diferentes autores e estudiosos abordam a temática, fornecendo subsídios teóricos para a análise crítica do tema (Gil, 2019). As fontes consultadas incluem publicações recentes que discutem práticas inclusivas, formação docente e políticas públicas voltadas à educação especial na perspectiva da inclusão.

1- COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA:

DEFINIÇÃO E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento marcada por alguns traços como por exemplo dificuldades na interação e comunicação social,acompanhados por padrões de comportamento, interesses e atividades restritos e repetitivos. Se utiliza o termo “espectro” porque ele não se manifesta de forma única ou padronizada em todas as pessoas,reforçando que nenhuma criança autista é igual a outra. Essa variabilidade torna fundamental a construção de práticas educacionais inclusivas que respeitem as especificidades de cada estudante, favorecendo sua participação, aprendizagem e desenvolvimento integral. Nesse contexto, compreender o TEA e suas implicações educacionais é essencial para promover não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos indivíduos com esse diagnóstico.

1.1 Entendendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um distúrbio do neurodesenvolvimento que afeta, principalmente, a forma como o indivíduo se comunica, interage socialmente e se comporta. De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5), os sinais devem estar presentes desde os primeiros anos de vida, embora possam se tornar mais evidentes à medida que as demandas sociais aumentam.

Na mesma perspectiva, a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), publicada pela Organização Mundial da Saúde, define o TEA como um conjunto de condições que surgem ainda na infância e influenciam diretamente a interação social, a comunicação e os padrões de comportamento. O termo espectro reforça a ideia de diversidade: cada pessoa com TEA manifesta características próprias, em maior ou menor intensidade, tornando cada caso único (OMS, 2019).

Os sinais do TEA podem variar bastante. Alguns deles incluem atraso ou ausência da fala, dificuldade em manter contato visual, uso limitado de gestos, ecolalia (repetição de palavras ou frases), apego intenso a interesses específicos, resistência a mudanças e presença de comportamentos repetitivos (Volkmar; Wiesner, 2017).

Além disso, muitas pessoas com TEA apresentam hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos sensoriais, reagindo de maneira incomum a sons, luzes, texturas e cheiros (Baron-Cohen,2017). Essa diversidade de manifestações mostra que:“nenhuma criança com TEA é igual a outra” (Volkmar;Wiesner, 2017). Isso reforça a importância de que a intervenção pedagógica seja planejada de forma individualizada.

Não existe uma causa única para o TEA. Pesquisas apontam que sua origem envolve tanto fatores genéticos quanto ambientais. Happé e Frith (2020) destacam que centenas de genes podem influenciar a forma como o cérebro se desenvolve e se conecta. Além disso, situações como complicações na gestação, prematuridade extrema e exposição a substâncias tóxicas também podem contribuir para o risco de desenvolvimento do transtorno (Lyall et al., 2017).

1.2 Desafios e Necessidades Educacionais do Aluno com TEA

Na escola, os estudantes com TEA podem enfrentar barreiras que vão além do conteúdo programático. Muitas vezes, apresentam dificuldades em compreender regras sociais implícitas, adaptar-se a mudanças de rotina ou participar de atividades em grupo. Quando o ambiente escolar é imprevisível, os níveis de ansiedade tendem a aumentar, podendo resultar em comportamentos de isolamento ou resistência (Schwartzman;Araújo,2011). Por isso, rotinas claras e instruções objetivas são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos.

O ambiente escolar influencia diretamente o bem-estar emocional dos alunos com TEA. Ambientes com excesso de estímulos visuais, sonoros ou táteis podem desencadear crises emocionais, muitas vezes confundidas com problemas disciplinares (Grandin,2014). Para evitar isso, estratégias como oferecer espaços

tranquilos, reforçar positivamente comportamentos adequados e preparar o aluno para mudanças significativas na rotina podem favorecer a autorregulação emocional.

Para que o processo de aprendizagem seja efetivo, é necessário que a escola se adapte às particularidades do aluno com TEA. Isso pode incluir o uso de materiais visuais, linguagem objetiva, divisão das tarefas em etapas menores e acompanhamento de profissionais de apoio (Mantoan, 2015).

Recursos tecnológicos, como softwares e aplicativos de comunicação alternativa, também contribuem para a inclusão. Um exemplo eficiente é o uso de agendas visuais, que ajudam o estudante a organizar sua rotina escolar e a lidar melhor com mudanças, promovendo maior segurança e autonomia (Mesibov;Shea;Schopler,2005).

A avaliação de alunos com TEA deve ser personalizada e contínua, indo além das provas tradicionais. O Plano Educacional Individualizado (PEI), proposto pelo Ministério da Educação, é uma ferramenta essencial para estabelecer metas adequadas e acompanhar os avanços do estudante, tanto no aspecto acadêmico quanto social e comunicativo (BRASIL, 2008). A parceria entre escola, família e profissionais de saúde garante que o apoio seja consistente em todos os contextos da vida do aluno.

1.3 Práticas Educacionais Inclusivas e o Papel da Escola

A educação inclusiva é um direito assegurado pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que garante a todos os estudantes com deficiência o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino, com apoios e adaptações necessários. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reforça esse princípio, orientando as escolas a valorizarem a diversidade, a equidade e a participação plena dos alunos (Brasil, 2015). Nesse sentido,concluímos que incluir não significa apenas estar presente na escola, mas ter acesso real ao currículo e às experiências educativas.

Para favorecer a aprendizagem dos alunos com TEA, é essencial que as escolas adotem estratégias pedagógicas individualizadas. O ensino estruturado e o uso de recursos visuais são práticas eficazes, pois ajudam na compreensão de conceitos abstratos e promovem maior autonomia. Quando o conteúdo é adaptado aos interesses e habilidades do estudante, a motivação para aprender aumenta (Schwartzman;Araújo,2011).

Entre as metodologias disponíveis, o programa TEACCH, desenvolvido na Universidade da Carolina do Norte, destaca-se por organizar atividades de forma clara e previsível, auxiliando na autonomia do aluno (Mesibov;Shea:Schopler,2005).

O papel do professor é central na inclusão escolar. Por isso, a formação continuada é indispensável. Mantoan (2015) enfatiza que o docente precisa compreender as especificidades do TEA, dominar metodologias adequadas, identificar sinais de sobrecarga sensorial e lidar com comportamentos desafiadores. A capacitação também deve contemplar o uso de tecnologias assistivas e recursos diferenciados que favoreçam tanto a aprendizagem quanto a participação social.

Além do ensino estruturado, existem diversas práticas inclusivas que podem enriquecer o processo de aprendizagem e tornar a escola um espaço de pertencimento para todos. Uma delas é a aprendizagem cooperativa,nela as atividades são desenvolvidas em pequenos grupos, favorecendo não apenas o compartilhamento de conhecimentos, mas também o exercício da empatia, da solidariedade e do respeito às diferenças. Nesse formato, o aluno com TEA não é visto apenas como alguém que aprende, mas também como alguém que ensina e contribui, vivenciando de forma concreta o sentido da cooperação (Johnson; Johnson, 2000).

Outra prática relevante é o uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), que oferece meios diversos para que o estudante consiga se expressar, seja por meio de pranchas ilustradas, aplicativos digitais ou pictogramas. Essa estratégia rompe barreiras comunicacionais e permite que o aluno manifeste seus desejos, sentimentos e opiniões, garantindo que sua voz seja ouvida e considerada no ambiente escolar (Deliberato; Nunes).

A construção de rotinas previsíveis, mas ao mesmo tempo flexíveis, também é uma medida que favorece a inclusão. Para muitos alunos com TEA, a previsibilidade do dia escolar traz segurança e reduz a ansiedade. Mapas visuais, quadros de horários e sequências ilustradas podem ajudar a organizar o tempo e as atividades. No entanto, é igualmente importante ensinar a lidar, aos poucos, com situações inesperadas, para que o estudante se sinta preparado diante de mudanças inevitáveis (Schwartzman; Araújo, 2011).

Também é importante destacar o uso dos interesses restritos como ponto de partida para o aprendizado. Quando o professor reconhece e valoriza os temas que despertam a atenção do aluno – como dinossauros, trens ou tecnologia, por exemplo – ele encontra um caminho poderoso para promover a aprendizagem significativa. Em vez de enxergar o hiperfoco como uma limitação, transforma-o em um recurso pedagógico que amplia a motivação e dá sentido às atividades escolares (Grandin, 2014).

Outro aspecto essencial é a sensibilização da turma. A inclusão não se constrói apenas por meio de práticas pedagógicas direcionadas ao aluno com TEA, mas também pela criação de uma cultura escolar baseada no respeito e na valorização das diferenças. Rodas de conversa, projetos de diversidade e atividades coletivas ajudam os colegas a compreenderem que cada pessoa tem seu próprio ritmo, suas potencialidades e suas necessidades. Assim, o processo de inclusão passa a ser vivenciado por todos e não apenas imposto como obrigação institucional (Mantoan, 2015).

Por fim, cabe destacar o papel das tecnologias assistivas e das adaptações curriculares flexíveis. Recursos digitais, softwares educativos, leitores de tela ou aplicativos de organização de tarefas ampliam as possibilidades de participação. Da mesma forma, ajustes no currículo – como a simplificação de enunciados, a diversificação das formas de avaliação ou a flexibilização de objetivos – garantem que o aluno seja avaliado a partir de suas reais potencialidades, sem ser excluído do acesso ao conhecimento comum (Brasil, 2015).

A inclusão só se concretiza plenamente quando há diálogo constante entre escola, família e profissionais de saúde. Essa parceria possibilita o alinhamento de

expectativas e o planejamento de estratégias coerentes em todos os ambientes de convivência do aluno. Reuniões, registros e ações conjuntas fortalecem a rede de apoio, garantindo um processo de inclusão que contempla os aspectos acadêmicos, sociais e emocionais (BRASIL, 2008).

2-INCLUSÃO ESCOLAR :FUNDAMENTOS E DESAFIOS PEDAGÓGICOS

A inclusão escolar constitui um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais significativas conquistas da educação contemporânea.Baseada em valores como equidade, respeito às diferenças e garantia de direitos, ela tem como objetivo possibilitar que todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sociais ou culturais, tenham acesso a um ensino de qualidade. Para isso, a escola é chamada a repensar suas práticas pedagógicas, suas metodologias e até mesmo sua forma de compreender o processo educativo, de maneira a construir ambientes verdadeiramente inclusivos, que reconheçam e valorizem as singularidades de cada aluno.A inclusão escolar também envolve o fortalecimento da formação docente, a disponibilidade de recursos de acessibilidade, o apoio de equipes multiprofissionais e a parceria com as famílias e a comunidade. Assim, refletir sobre os fundamentos e desafios da inclusão escolar implica compreender que a educação inclusiva não é apenas uma exigência legal, mas sobretudo um compromisso ético e humano, indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.1. Educação Inclusiva e os Direitos dos Estudantes com TEA

A educação inclusiva é um direito fundamental de todos os cidadãos, garantido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988, p. 123). Para os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, assegura o acesso à escola regular, incluindo a possibilidade de contar com acompanhamento especializado sempre que necessário. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça ainda a obrigação de oferecer condições de acessibilidade, adaptações pedagógicas e proteção contra qualquer

forma de discriminação, garantindo que esses estudantes possam participar plenamente da vida escolar.

Mendes (2019) alerta que “assegurar direitos vai além da matrícula: implica garantir a aprendizagem e a participação plena do estudante em todas as atividades escolares”. Isso evidencia que a inclusão não deve ser apenas uma exigência legal, mas um compromisso ético da escola em reconhecer e valorizar cada estudante. Mantoan (2015) complementa: “a inclusão escolar busca transformar a escola em um espaço de todos, no qual cada estudante seja reconhecido como sujeito de direitos e aprendizagens”.

Os estudantes com TEA possuem direitos específicos que garantem condições reais de aprendizado e participação. Entre eles, destacam-se: matrícula em escola regular sem discriminação; acompanhamento especializado em sala de aula; acesso a recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e adaptações curriculares; elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEI); avaliações diferenciadas, respeitando os ritmos e necessidades de cada estudante; prioridade em políticas públicas de educação, saúde e assistência social; transporte escolar acessível; e Atendimento Educacional Especializado (AEE) em turno complementar ao ensino regular (BRASIL, 2015).

Um exemplo concreto da aplicação desses direitos é a elaboração do PEI em diversas redes escolares, que organiza objetivos, estratégias e recursos pedagógicos adaptados às necessidades individuais de cada estudante. Glat e Pletsch (2011) reforçam que “a escola que respeita os direitos do aluno com deficiência ou transtorno deve planejar suas ações de maneira diferenciada, considerando seus ritmos e características”.

Além disso, Carvalho (2017) destaca que garantir esses direitos exige superar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, bem como promover formação continuada para professores e uma gestão escolar comprometida com a inclusão. Garantir direitos aos estudantes com TEA significa não apenas permitir o acesso à escola, mas criar condições para que aprendam, participem e se desenvolvam plenamente, respeitando suas diferenças e potencialidades.

2.2. O Papel da Escola na Construção de Práticas Inclusivas para o TEA

A escola inclusiva vai muito além de simplesmente receber estudantes com necessidades especiais; trata-se de criar um ambiente onde todos possam aprender, participar e se sentir pertencentes. Mittler (2003) reforça que “a escola inclusiva é aquela que se organiza para responder às diferenças, em vez de ignorá-las ou eliminá-las”, destacando a importância de uma estrutura flexível e atenta à diversidade presente na comunidade escolar.

Nesse cenário, o professor assume um papel essencial. Ele não apenas transmite conteúdos, mas também adapta métodos, recursos e formas de avaliação, construindo vínculos afetivos e pedagógicos que garantam a permanência e o sucesso dos alunos. Oliveira (2020) destaca que “o educador que atua em uma perspectiva inclusiva precisa reinventar suas práticas, transformando a adversidade em oportunidade pedagógica”, mostrando como a diferença pode se tornar uma ferramenta de aprendizado para todos.

Entre as práticas inclusivas mais eficazes, está o uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) e de metodologias multissensoriais. Carvalho (2017) relata que “o uso de cartões visuais e painéis de símbolos tem favorecido a expressão de alunos não verbais, garantindo-lhes voz no ambiente escolar”. Por exemplo, em uma atividade de alfabetização, alunos com TEA podem usar figuras ou aplicativos de comunicação para participar de respostas coletivas, enquanto os colegas interagem e aprendem juntos, promovendo inclusão real.

As estratégias multissensoriais, que combinam estímulos visuais, auditivos, táteis e cinestésicos, também se mostram muito eficazes. Ao aprender letras ou números, por exemplo, a criança pode traçá-los em areia, manusear massinha, visualizar cores e ouvir sons correspondentes, tornando a aprendizagem mais concreta e significativa (Sousa; Lima, 2018).

Outro recurso importante é a mediação entre pares, que estimula a colaboração e fortalece vínculos sociais. Mantoan (2015) observa que “a convivência entre diferentes é, por si só, formativa, pois ensina valores de respeito, solidariedade e empatia que nenhum conteúdo programático pode substituir”. Na prática, isso pode

ser feito por meio de duplas ou grupos em que alunos mais experientes auxiliam colegas com TEA, promovendo aprendizado acadêmico e desenvolvimento socioemocional.

Além disso, a escola inclusiva pode se apoiar em flexibilização curricular, avaliações adaptadas e tecnologias assistivas. Tablets com aplicativos educativos, softwares de leitura ou audiobooks são exemplos de recursos que ampliam o acesso ao conhecimento e fortalecem a autonomia de estudantes com dificuldades de linguagem ou atenção (Ribeiro, 2019).

Assim, a escola inclusiva é, acima de tudo, um espaço de cuidado, criatividade e aprendizagem compartilhada. Ao adotar práticas multissensoriais, CAA, mediação entre pares e tecnologias assistivas, a instituição não só garante acesso ao conteúdo, mas também valoriza as diferenças, construindo uma comunidade escolar mais empática, justa e acolhedora.

2.3. Desafios Pedagógicos na Inclusão de Estudantes com TEA

Apesar dos avanços legais, a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda enfrenta múltiplos desafios no contexto escolar. Muitos professores relatam sentir-se inseguros diante de situações de crise, comportamentos repetitivos ou dificuldades de socialização dos alunos. Silva (2018) ressalta que “a ausência de formação específica gera insegurança, o que pode levar a práticas pouco eficazes ou até excludentes”, evidenciando a necessidade de capacitação contínua para o corpo docente.

O planejamento pedagógico é outro desafio central. Conciliar as necessidades individuais com os objetivos coletivos da turma requer criatividade, flexibilidade e atenção às diferenças de ritmo e estilo de aprendizagem. Glat e Pletsch (2011) destacam que “planejar para a diversidade significa assumir que cada estudante tem um modo próprio de aprender, e que a escola deve responder a isso com metodologias diferenciadas”.

Além disso, a estrutura física da escola pode constituir barreira à inclusão. Salas superlotadas, ambientes pouco adaptados e a ausência de espaços de apoio dificultam a participação plena do estudante com TEA (Mantoan, 2015). A falta de

recursos pedagógicos específicos, como materiais visuais, softwares educativos ou brinquedos adaptados, também compromete a efetividade das estratégias inclusivas.

Outro desafio relevante é a resistência cultural dentro da comunidade escolar. Em alguns contextos, ainda persiste a percepção equivocada de que o aluno com TEA não conseguirá acompanhar a turma, resultando em práticas segregadoras ou desestimulantes (Carvalho, 2017). Esse preconceito, muitas vezes implícito, pode gerar exclusão social e impactar negativamente o desenvolvimento acadêmico e emocional do estudante.

Entretanto, experiências práticas demonstram que esses desafios podem ser superados. Em escolas públicas de São Paulo, a aplicação do ensino estruturado, com atividades divididas em etapas menores e instruções visuais, reduziu a dispersão de estudantes com TEA e beneficiou toda a turma (Carvalho, 2017). Em Curitiba, o uso de tecnologias assistivas, como tablets para comunicação alternativa, ampliou a participação de alunos com TEA em atividades coletivas, promovendo interação e aprendizado (Mendes, 2019).

O engajamento das famílias também representa um desafio, pois nem sempre há alinhamento entre as expectativas da escola e experiências familiares. A comunicação irregular ou a falta de diálogo entre professores e responsáveis pode dificultar a construção de estratégias pedagógicas consistentes (Mendes, 2019).

Por fim, podemos dizer que o fortalecimento da parceria com as famílias mostra-se fundamental. Mantoan (2015) enfatiza que “a inclusão não se faz de forma isolada, mas a partir de um trabalho coletivo que envolve escola, família e comunidade”.

Em síntese, a inclusão escolar, especialmente no que se refere aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, configura-se como um processo complexo, que envolve múltiplas dimensões pedagógicas, sociais e institucionais.A análise dos fundamentos legais e conceituais evidencia que a inclusão vai além da garantia da matrícula, demandando estratégias efetivas de aprendizagem, formação continuada dos profissionais da educação e acesso a recursos pedagógicos e de acessibilidade.Os desafios destacados neste capítulo demonstram que a efetivação

de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da superação de barreiras físicas, atitudinais e culturais ainda presentes no contexto escolar e para que sejam rompidas tais barreiras ,esforços coletivos e contínuos são necessários.Portanto, a inclusão escolar deve ser concebida como um princípio ético e pedagógico que ultrapassa a obrigatoriedade legal, constituindo-se em instrumento fundamental para a garantia da equidade, para a valorização da cidadania e para a consolidação de uma sociedade efetivamente democrática e comprometida com a justiça social.

3- FAMÍLIA E ESCOLA:Fundamentos e contribuições para a inclusão educacional

A consolidação da educação inclusiva representa um dos marcos mais significativos e desafiadores das políticas educacionais contemporâneas. Seu princípio orientador é o de que todos os indivíduos têm direito à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, sociais ou culturais. Essa concepção foi reforçada pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento internacional que defende que as escolas com orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construir sociedades acolhedoras e promover a educação para todos.

Nesse cenário, a parceria entre família e escola torna-se um componente essencial para a concretização da inclusão. A convivência colaborativa entre esses dois contextos favorece o desenvolvimento global da criança e possibilita a construção de práticas pedagógicas mais significativas. A família é o primeiro ambiente educativo e emocional do indivíduo, enquanto a escola amplia esse processo, oferecendo oportunidades de socialização, autonomia e aprendizagem. Quando ambas atuam de maneira integrada, a inclusão se fortalece.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a educação deve ser garantida em igualdade de condições, reconhecendo o papel compartilhado entre Estado, escola e família na promoção da acessibilidade, do respeito e da participação plena (BRASIL, 2015). Dessa forma, a relação entre família e escola não deve se limitar à esfera administrativa ou burocrática, mas constituir-se como um vínculo educativo de cooperação e diálogo contínuo, baseado na corresponsabilidade.

Pesquisas recentes apontam que o envolvimento familiar é um fator determinante para o sucesso da inclusão escolar e social dos estudantes com deficiência (Maturana; Cia, 2015; Souza, 2021). Brandão (2016) enfatiza que uma comunicação clara e frequente entre professores e famílias contribui para o fortalecimento dos vínculos afetivos, para a prevenção de conflitos e para a construção de um ambiente escolar mais humanizado e colaborativo.

Dessa forma, este capítulo tem como propósito analisar os fundamentos e as contribuições da relação entre família e escola na efetivação da educação inclusiva, com atenção especial aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Busca-se discutir os princípios que sustentam essa parceria, o papel ativo da família no processo de inclusão e as práticas compartilhadas que contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

3.1. Parceria Escola-Família: Comunicação, Escuta e Cooperação .

O tema Parceria Escola-Família: Comunicação, Escuta e Cooperação é amplamente reconhecido pela literatura acadêmica e científica como um pilar fundamental para o sucesso educacional e o desenvolvimento integral de crianças e jovens. Em um contexto em que a educação é um dever compartilhado entre a família e a sociedade, conforme previsto em marcos legais e teorias do desenvolvimento humano, a natureza dessa interação é colocada sob análise. Esta pesquisa demonstra que, embora ambas as instituições possuam papéis distintos, a sinergia entre elas, mediada por um diálogo claro e bidirecional, não apenas potencializa o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também contribui significativamente para seu bem-estar emocional, socialização e para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e eficaz. Analisaremos como a superação de barreiras comunicacionais e o estabelecimento de uma colaboração mútua e respeitosa são essenciais para reconstruir e fortalecer esse vínculo em benefício do principal agente desse processo: o aluno.

3.1.1 A Essência da Parceria: Co-Responsabilidade e Complementaridade

A efetivação da inclusão educacional e o sucesso da aprendizagem dependem crucialmente da integração entre os contextos familiar e escolar, pois ambos exercem funções complementares na formação humana.A educação é vista como um processo apoiado em dois pilares principais, sendo o êxito da aprendizagem diretamente condicionado à cooperação entre eles.

Essa interação se constitui como um espaço de co-responsabilidade, onde o conhecimento pedagógico do professor se alia ao conhecimento afetivo e cotidiano que a família detém sobre a criança. Essa rede de apoio é essencial para o desenvolvimento integral do aluno, pois a troca de informações, a promoção de valores e o alinhamento de normas sociais são fortalecidos quando escola e família trabalham em conjunto.

3.1.2 O papel determinante da Família

A família é o primeiro ambiente de socialização e aprendizagem, responsável por transmitir valores, normas, hábitos e formas de convivência. Segundo Maturana e Cia (2015), a instituição familiar exerce papel determinante na construção da identidade e das relações sociais, sendo a base sobre a qual se estruturam as competências emocionais e cognitivas. A função social da família é "transmitir os valores que constituem a cultura e educar as novas gerações segundo padrões de conduta dominantes" (Bock, Furtado e Teixeira *apud* Maturana; Cia, 2015, p. 349). Essa função formadora não se restringe à dimensão moral, mas influencia diretamente a capacidade da criança de lidar com regras, limites e desafios escolares.

3.1.3 A Perspectiva Ecológica e a Necessidade de Diálogo

De acordo com o modelo ecológico de desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1996), a criança está inserida em múltiplos sistemas interdependentes, sendo a família e a escola os microssistemas mais próximos e influentes. Quando esses ambientes se comunicam de maneira harmoniosa, cria-se uma rede de suporte que estimula o crescimento emocional, social e cognitivo do indivíduo. Por outro lado, a ausência de diálogo entre família e escola tende a gerar lacunas na orientação educativa, prejudicando o rendimento escolar e o sentimento de pertencimento do aluno.

3.1.4 Comunicação e Escuta: O Veículo da Relação

A escola, por sua vez, deve reconhecer a importância desse núcleo e buscar uma relação de diálogo constante, baseada em escuta, respeito e valorização dos saberes parentais. Brandão (2016) ressalta que a frequência e a qualidade da comunicação

entre professores e famílias são fatores que influenciam diretamente o envolvimento parental e o desempenho acadêmico, destacando que o professor pode exercer papel mediador no fortalecimento desses laços.

Para ser efetiva, essa comunicação precisa ocorrer de forma contínua e horizontal, rompendo com a visão hierárquica tradicional na qual a escola detém todo o saber e a família ocupa posição passiva. A escuta sensível garante que os pais sejam ouvidos e que seus *fundos de conhecimento* sobre o filho sejam integrados às práticas escolares.

3.1.5 Cooperação para a Inclusão e o Desenvolvimento Integral

A cooperação entre família e escola é indispensável para que ambas compreendam suas realidades e estabeleçam metas conjuntas voltadas, especialmente, ao desenvolvimento integral do aluno com deficiência (Souza, 2021). Essa relação vai além da mera troca de informações, implicando a construção compartilhada de estratégias pedagógicas, onde cada parte assume responsabilidades complementares.

O estabelecimento de canais permanentes de diálogo — como reuniões pedagógicas periódicas, agendas digitais, visitas domiciliares e encontros de formação — fortalece os vínculos e assegura uma prática pedagógica mais coerente, inclusiva e afetiva.

A parceria entre escola e família deve ser compreendida como uma via de mão dupla, caracterizada pela confiança mútua, pela escuta sensível e pelo comprometimento conjunto com a formação do estudante. Somente quando a Comunicação, a Escuta e a Cooperação se articulam de maneira efetiva é possível garantir uma inclusão autêntica, capaz de respeitar as diferenças e promover o desenvolvimento pleno de cada sujeito, alinhando os objetivos educacionais com a realidade afetiva e social do aluno.

3.2 A FAMÍLIA COMO PARTE ATIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA

A presença ativa da família no processo de inclusão escolar é um fator decisivo para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A criança com TEA necessita de uma rede de apoio integrada, que una os esforços da escola, da família e dos profissionais especializados, de modo a assegurar uma educação significativa e adaptada às suas especificidades (Carvalho, 2017).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) já reconhecia, há três décadas, que a participação da família é indispensável para o êxito da educação inclusiva, recomendando que pais e responsáveis sejam envolvidos em todas as decisões e ações educativas relacionadas aos filhos. Tal perspectiva rompe com a visão tradicional da família como mera espectadora, colocando-a como protagonista e colaboradora ativa do processo pedagógico.

No contexto do TEA, essa colaboração é ainda mais necessária. As famílias detêm informações essenciais sobre os comportamentos, preferências, rotinas e formas de comunicação das crianças, elementos que subsidiam a escola na elaboração de estratégias adequadas. Amaral (2017) destaca que os pais conhecem profundamente o modo como seus filhos percebem o mundo e reagem aos estímulos, sendo, portanto, fundamentais para orientar as adaptações pedagógicas e sensoriais necessárias.

Para Glat e Pletsch (2011), a inclusão escolar somente se concretiza quando há interação permanente entre os espaços de aprendizagem formais e informais, o que inclui o ambiente familiar. Os autores defendem que o aprendizado não se limita à sala de aula, mas se estende ao lar, às experiências cotidianas e às interações sociais. Assim, quanto maior o envolvimento da família nas atividades escolares, mais efetiva se torna a generalização das habilidades e o fortalecimento da autonomia da criança.

De modo semelhante, Mantoan (2015) argumenta que a família é “um dos elos mais potentes para a consolidação da cultura inclusiva”, pois é nela que se originam as primeiras experiências de convivência e de aceitação das diferenças. Dessa forma, o diálogo contínuo entre pais e educadores permite alinhar expectativas, compreender desafios e celebrar avanços, criando um ambiente de confiança e cooperação.

A atuação familiar, no entanto, não deve restringir-se à observação. É fundamental que os familiares participem da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), da construção de metas realistas e do acompanhamento das estratégias pedagógicas. Essa participação fortalece o sentimento de pertencimento e possibilita que as ações desenvolvidas na escola sejam complementadas em casa, favorecendo a estabilidade emocional e o progresso das aprendizagens. Segundo Schmidt (2017), o envolvimento da família é um dos pilares fundamentais para o sucesso da inclusão, pois a continuidade das práticas educativas em casa favorece a autonomia e o comportamento adaptativo da criança.

A eficácia do PEI e das intervenções clínicas é potencializada quando a família aplica em casa estratégias baseadas na previsibilidade, no suporte visual e no reforço positivo. Essas práticas auxiliam na generalização das habilidades e no desenvolvimento integral da criança. A estruturação da rotina, por exemplo, é um recurso que reduz a ansiedade e melhora a compreensão do tempo e das atividades diárias. O uso de quadros visuais, cronômetros e avisos de transição contribui para a previsibilidade e a organização comportamental.

Além disso, as famílias podem reforçar habilidades comunicativas por meio do uso de sistemas como o PECS (*Picture Exchange Communication System*), desenvolvido por Bondy e Frost (2001). Esse método baseia-se na troca de figuras ou cartões que representam objetos, ações e sentimentos, permitindo que a criança com TEA expresse suas necessidades e desejos de maneira funcional, mesmo quando apresenta limitações na fala. A utilização do PECS em casa, de forma articulada com a escola e com os terapeutas, favorece a comunicação espontânea, reduz comportamentos de frustração e amplia o repertório social da criança.

Outra estratégia importante consiste na segmentação de tarefas em etapas simples, o que torna atividades complexas mais compreensíveis e executáveis. Cooper, Heron e Heward (2020) destacam que dividir as ações em pequenos passos concretos, acompanhados de instruções claras e apoio visual, ajuda a criança a compreender a sequência das tarefas e a desenvolver autonomia gradualmente.
Essa técnica, fundamentada nos princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), reduz a sobrecarga cognitiva e promove o sentimento de competência ao permitir que a criança perceba seu próprio progresso.

O reforço positivo, por sua vez, é uma das práticas mais eficazes para fortalecer comportamentos desejados. Skinner (1953) descreveu o reforço como o processo de aumentar a probabilidade de repetição de uma resposta por meio da apresentação imediata de uma consequência agradável — como elogios, adesivos, tempo de lazer ou acesso a um brinquedo preferido. Quando utilizado de forma consistente e coerente, o reforço positivo estimula a motivação intrínseca, melhora o engajamento nas atividades e contribui para a generalização dos comportamentos adequados em diferentes contextos.

Além das habilidades comunicativas, o treino das habilidades sociais é um aspecto essencial do desenvolvimento infantil no TEA. As Histórias Sociais, elaboradas por Carol Gray (2010), são narrativas curtas e ilustradas que explicam situações cotidianas, descrevendo o que esperar e qual comportamento é socialmente adequado. Essas histórias ajudam a criança a compreender regras implícitas e antecipar situações sociais, reduzindo a ansiedade e aumentando a segurança emocional.

Outra técnica amplamente validada é a vídeo modelagem, na qual a criança observa gravações que demonstram comportamentos sociais adequados — como cumprimentar, pedir ajuda ou esperar a vez — para depois reproduzi-los.Essa abordagem facilita a aprendizagem por imitação, promovendo respostas mais espontâneas e funcionais.

Por fim, o incentivo aos interesses específicos — como temas preferidos, brinquedos ou atividades de forte atração — pode ser utilizado como ferramenta para ampliar a interação social. Klin (2006) destaca que aproveitar os interesses restritos da criança como ponto de partida para o ensino social favorece o engajamento e a atenção compartilhada, tornando o aprendizado mais significativo e prazeroso.

Assim, a combinação dessas práticas — comunicação alternativa, segmentação de tarefas, reforço positivo e treino social — constitui um conjunto de estratégias baseadas em evidências que fortalecem o papel da família no desenvolvimento global da criança com TEA, garantindo coerência entre o ambiente escolar e o familiar.

Além de sua função colaborativa, a família exerce um papel advocatício e social na defesa dos direitos das pessoas com TEA. Carvalho (2017) ressalta que famílias bem informadas e envolvidas contribuem para a transformação da cultura escolar, exigindo o cumprimento das políticas públicas e a implementação de práticas realmente inclusivas. Esse protagonismo familiar, aliado ao compromisso ético e pedagógico da escola, é o que sustenta a inclusão como prática de cidadania e não apenas como política institucional.

Portanto, reconhecer a família como parte ativa no processo de inclusão do aluno com TEA significa compreender que o sucesso da aprendizagem não depende unicamente das práticas escolares, mas da articulação entre todos os agentes educativos. Quando o lar e a escola caminham na mesma direção, orientados por diálogo, acolhimento e respeito à singularidade, o processo de inclusão se fortalece e se torna mais humano, democrático e transformador.

3.3 AÇÕES COMPARTILHADAS PARA O SUCESSO DA INCLUSÃO

O sucesso da inclusão educacional está diretamente relacionado à colaboração entre escola, família, profissionais especializados e comunidade. Segundo Ainscow (2005), a inclusão efetiva exige a construção de redes de apoio que garantam a participação plena de todos os estudantes, reconhecendo suas diferenças e potencialidades. Quando esses diferentes atores atuam de forma integrada, é possível desenvolver estratégias pedagógicas diversificadas, promover a equidade e criar um ambiente de aprendizagem verdadeiramente acolhedor e estimulante (UNESCO, 2020).

Além disso, como destacam, a interação constante entre família e escola potencializa o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos, fortalecendo vínculos e promovendo a corresponsabilidade no processo educativo. A inclusão, portanto, não se limita apenas à presença física do estudante na escola, mas envolve uma cultura de valorização da diversidade, do respeito mútuo e da participação ativa de todos os envolvidos.

O quadro abaixo apresenta algumas ações-chaves para o sucesso da inclusão:

Quadro 1 – Ações colaborativas e responsabilidades compartilhadas na inclusão escolar

Agente Envolvido	Principais Ações	Impacto
Escola/Professores	Planejamento conjunto com famílias, adaptação curricular e uso de recursos diversificados.	Garantir ensino acessível, promover equidade.
Família	Acompanhar o progresso, apoiar estratégias em casa e compartilhar informações sobre o aluno.	Promover a continuidade do aprendizado e reforçar a inclusão fora da escola.
Profissionais Especializados	Acompanhamento individualizado e orientação sobre estratégias pedagógicas inclusivas.	Ajustar intervenções às necessidades e potencializar o desenvolvimento integral.
Colegas/Estudantes	Incentivar atitudes de respeito, empatia e colaborar na integração social.	Construir um ambiente acolhedor e socialmente integrado.
Comunidade/ONGs	Desenvolver projetos culturais e esportivos inclusivos, apoiar campanhas de conscientização.	Ampliar experiências de socialização e aprendizado além da escola.

Fonte: Carvalho; Cury (2021); UNESCO (2020). Adaptado.

A concretização da inclusão educacional depende da atuação integrada e comprometida de todos os envolvidos. A articulação entre escola, família, profissionais especializados, estudantes e comunidade é fundamental para criar um ambiente educativo que reconheça e valorize as diferenças individuais. Carvalho e Cury (2021) ressaltam que a inclusão não se limita a adaptações curriculares ou políticas escolares, mas requer uma cultura que promova pertencimento, respeito e equidade**.**

O quadro de ações-chaves apresentado demonstra de forma prática como cada agente pode contribuir para o êxito da inclusão. Quando todos trabalham de forma coordenada, o aprendizado é enriquecido, o desenvolvimento integral do estudante é favorecido, e a inclusão se torna uma realidade concreta, baseada em cooperação, empatia e responsabilidade compartilhada.

CONCLUSÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios e uma das mais valiosas conquistas da educação contemporânea. Mais do que assegurar o acesso à escola, a verdadeira inclusão implica oferecer condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento, reconhecendo as singularidades, ritmos e potencialidades de cada estudante.

O estudo demonstrou que a efetivação desse processo exige um conjunto articulado de ações, destacando-se o papel transformador da escola, a formação continuada dos profissionais da educação e, de maneira especial, a parceria ativa com a família. Uma escola que adota práticas pedagógicas flexíveis, acolhedoras e centradas no estudante amplia significativamente as possibilidades de experiências educativas significativas. Da mesma forma, a participação da família, quando colaborativa e comprometida, torna-se fundamental na promoção da autonomia, da socialização e da autoestima do estudante com TEA.

Constatou-se, ainda, que a colaboração entre família e escola constitui um dos pilares essenciais da inclusão. O diálogo constante, a corresponsabilidade e a cooperação permitem a construção de estratégias pedagógicas coerentes com as necessidades individuais, favorecendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o emocional, social e humano da criança. Essa articulação fortalece um percurso formativo contínuo e mais justo, ampliando as oportunidades de sucesso dentro e além do contexto escolar.

Conclui-se, portanto, que a inclusão do aluno com TEA é um processo dinâmico e permanente, que demanda compromisso ético, sensibilidade e reflexão contínua sobre as práticas educativas. Como destaca Mantoan (2003), a inclusão não se limita a adaptar o aluno ao sistema, mas a transformar a escola em um espaço onde todos possam pertencer, aprender e se desenvolver. Assim, a parceria entre família e escola deve ser compreendida como um movimento conjunto e ininterrupto, indispensável à consolidação de uma cultura escolar baseada no respeito, na equidade e na valorização da diversidade.

Por fim, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva requer a união de esforços entre professores, gestores, familiares e comunidade, reafirmando que a inclusão ultrapassa uma exigência legal: trata-se da concretização de um compromisso social e ético com a dignidade humana. O futuro da educação inclusiva depende da continuidade desse movimento ,de práticas que acolham, de políticas que garantam e de uma sociedade que reconheça que cada estudante, com suas singularidades, é parte essencial do todo**.** Assim, ao avançarmos nesse caminho, damos passos firmes rumo a uma escola mais justa, humana e preparada para todos.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Developing inclusive education systems: what are the levers for change?** 2005.

AMARAL, L. A. **Que diferença faz a diferença: a inclusão na escola.** São Paulo: Summus, 2017.

BARON-COHEN, S. **Autism: the search for the missing piece.** 2017.

BRANDÃO, M. **Inclusão e diversidade na escola: o desafio de transformar a prática pedagógica.** 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artmed, 1996.

CARVALHO, S.; CURY, H. **O papel da família na mediação da aprendizagem de crianças com TEA.** 2021.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um olhar para a prática pedagógica.** 2020.

DELIBERATO, D.; NUNES, D. R. P. (orgs.). **Trilhando juntos a comunicação alternativa.** 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GRANDIN, T. **Developing talents: careers for individuals with Asperger Syndrome and high-functioning autism.** 2014.

GRAY, C. A. **The new social story book.** 2010.

HAPPÉ, F.; FRITH, U. **Autism Spectrum Disorder: clinical and research perspectives.** 2020.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. **Cooperation and competition: theory and research.** 2005.

KLIN, A. Autism and Asperger Syndrome: an overview. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 2006.

KLINTWALL, L.; EIKESETH, S. **The effect of parent training on social communication in young children with autism: a randomized controlled trial.** *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 2014.

LYALL, K. et al. **The prevalence of autism spectrum disorder in the United States.** 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão e exclusão na escola: um paradoxo a ser superado.** Campinas: Papirus, 2015.

MATURANA, M. C.; CIA, F. **A parceria família-escola e o desenvolvimento de habilidades sociais em crianças.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2015.

MENDES, E. G. **O papel da família na inclusão escolar e no atendimento educacional especializado.** *Revista Educação Especial*, 2019.

MESIBOV, G. B.; SHEA, V. **The TEACCH approach to autism spectrum disorders.** 2020.

MESIBOV, G. B.; SHEA, V.; SCHOPLER, E. **The TEACCH approach to autism spectrum disorders.** 2005.

MITTLER, P. **Caminhos para a educação inclusiva.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2003.

OLIVEIRA, A. A. **Inclusão e autismo: desafios e possibilidades na sala de aula.** 2020.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11).** 2019.

RIBEIRO, J. M. **A relação família-escola no processo de inclusão do aluno com deficiência.** *Revista Educação em Foco*, 2019.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e família: um olhar para as práticas pedagógicas e de apoio.** 2017.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. **Transtorno do espectro do autismo: uma visão integrada.** 2011.

SILVA, R. C. D.; MENDES, E. G. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2021.

SKINNER, B. F. **Science and human behavior.** New York: Macmillan, 1953.

SOUSA, C.; LIMA, S. **Família e escola: um elo essencial para a inclusão.** *Revista de Educação Pública*, 2018.

SOUZA, M. J. **Educação inclusiva e o transtorno do espectro autista.** 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education: all means all.** Paris: UNESCO, 2020.

VOLKMAR, F. R.; WIESNER, L. A. **A practical guide to autism: what every parent, teacher, and therapist needs to know.** 2017.